

Mídia e democracia

Se a Idade Média (tão malsinada e tão mal estudada) se caracterizou pelo feudalismo, pelas corporações, pelas universidades e pelas igrejas, dando-nos a primeira civilização institucional da história, o que dizer de nossa época?

Simplesmente que é um tempo alienado, fenômeno típico do nosso *status colonial*. Basta ouvir rádio, ver televisão, ler os nossos jornais para concluir que nós não somos nós, mas apenas reflexos de uma indústria cultural imposta de cima para baixo. Como dizia Alvaro Vieira Pinto, o próprio da colônia “é não possuir consciência autêntica, é ser objeto do pensamento de outrem, é comportar-se como objeto”.

Em minha rápida exposição (menos de cinco minutos) no I Encontro Nacional de Política Cultural, no mês de abril em Belo Horizonte, tentei destacar três itens principais:

1.º) os meios de comunicação de massa atendem apenas aos interesses das minorias dominantes;

2.º) os meios de comunicação reforçam e legitimam a ordem estabelecida, contribuindo para reproduzir as relações sociais de produção;

3.º) os meios de comunicação impõem o consumismo, cujos efeitos mais importantes são: anulam na população sua capacidade de criação, diminuem as manifestações normais de sua afetividade, neutralizam na população as possibilidades de participação nos movimentos organizados, que tornariam viável a sua intervenção no trabalho social.

Fiz questão de chamar a atenção dos participantes do Encontro para o problema da comunicação pelo rádio e pela televisão. Isso porque, discutir uma política de cultura sem atentar para o poder *multiplicador e altera-*

dor da mensagem eletrônica seria o mesmo que discutir o sexo dos anjos quando os bárbaros já invadiram a cidade.

Ora, é público e notório que o *conteúdo* da mensagem eletrônica está intimamente ligado ao *processo* do sistema capitalista. No Brasil, não é sem razão que a mídia eletrônica (TV, principalmente) sofreu vertiginoso desenvolvimento pós-1964. Fechados os canais da comunicação, os governos



TV: indústria “de cima para baixo”.

do ciclo de 64 investiram maciçamente na modernização da TV.

Quem não sabe? A filosofia da TV está claramente definida na palavra de um dos “gurus” do sistema, o Sr. Daniel Filho, para quem inequivocamente o sucesso da TV Globo tem sua origem em 1964. Diz ele:

“— Bem, eu continuo achando que até esse processo de crescimento da televisão brasileira foi um processo da Revolução de 64. Pode ter sido uma coincidência, quer dizer: na medida em que o povo foi sendo tolhido, apareceu coincidentemente um grupo (o da TV Globo) de pessoas dispostas a fazer uma televisão altamente profissionalizada.” E mais:

“— É preciso que se diga que a

empresa Roberto Marinho investiu muito nessa televisão e soube utilizá-la naquele momento político.”

Nós sabemos como foi esse investimento, através dos acordos com o grupo Time-Life, que mereceram severa condenação em inquérito mandado fazer pelo insuspeito governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

É evidente que essa comunicação é usada para alienar, despolitizar, desviar a atenção dos problemas mais graves da nossa sociedade. Pois não está à vista que a TV brasileira busca constantemente substituir a consciência dos interesses objetivos do explorado pelos conteúdos da “ordem estabelecida”?

Como fórmula para impedir que a comunicação eletrônica (rádio e TV) prossiga em sua ação desagregadora (o historiador Hélio Silva mostrou como a televisão contribui para “alterar” a linguagem regional), propus a democratização desse processo, através da reforma do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), a lei nº 4.117/1962. Repeti as mesmas propostas que, no governo João Goulart, fiz chegar ao Palácio do Planalto, e que não foram aceitas. As mesmas propostas foram por mim apresentadas no Simpósio sobre reforma da Lei de Segurança Nacional, promovido pela Câmara Federal, em 15 de junho de 1983, e que posteriormente foram aprovadas, por unanimidade, pela Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais, realizada no mês de julho do mesmo ano, em Belo Horizonte, enfeixadas na nossa tese “Para uma nova ordem informativa nacional”, com parecer favorável dos jornalistas Laurindo Leal Filho, Guy de Almeida e Bernardo de Carvalho.

Como reformar o CBT?

Sugeri que a letra “E” da lei nº 4.117/62 passe a ter a redação seguinte:

“As emissoras de radiodifusão e

de televisão cederão diariamente duas horas, em horário nobre, para programas a cargo das entidades da sociedade civil, a fim de se promover o debate dos problemas nacionais."

Justifica-se a proposta: hoje estamos sob a ditadura dos ibopes. Alguns escritores e especialistas em marketing definem que, em determinado horário, o povo-massa só quer novelas lacrimosas etc. Quando muito, arranjam horários para quatro ou cinco pessoas discorrerem sobre sexo, música enlatada e quejandos. Tudo bem, que se mantenha esse espaço. Mas o que se pretende é que, num país de milhões de analfabetos e de semi-alfabetizados com diploma de terceiro grau e até de PhD, esse poderoso instrumento (TV) seja usado em benefício da luta pela emancipação nacional.

Propus, ainda, a reforma do artigo 38 do CBT, que estabelece a formação do Conselho Nacional de Telecomunicação (CNT), hoje totalmente composto por representantes do Executivo. O CNT, pela nossa proposta, seria formado com representantes das entidades da sociedade civil e de sindicatos, como ABI, CNBB, OAB, ABERT, Federação Nacional dos Jornalistas, Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações, Federação Nacional dos Radialistas, CONTAG etc.

Além disso, o sistema de distribuição de concessões, hoje sob controle direto da Presidência da República, passaria ao controle do Congresso Nacional, ouvido o CNT.

O sentido da proposta é claro: pela lei nº 4.117/62, os serviços de telecomunicações, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, são de domínio do Estado. Entende-se que o "espaço aéreo" a que se refere o artigo primeiro do CBT é um bem do povo, na mesma linha do inciso constitucional sobre outros bens coletivos (terras, águas, ar etc.).

O uso desses bens — o "espaço aéreo" como os demais — não pode ser explorado em benefício de minorias e de grupos.

A indústria cultural patrocinada pelos donos do poder está descaracterizando o nosso povo. Abdias Nascimento fez uma intervenção dramática e desconcertante pela virulência, mas nem por isso menos real e verdadeira: o que temos aí na comunicação eletrônica é um lixo, sob protes-



tos de Ferreira Gullar e Claudio Abramo, que consideram o setor excelente. Ora, nós não somos uma cultura única, somos uma nação pluricultural. Acontece que a TV exclui partes ponderáveis do nosso mosaico cultural.

Em síntese, trata-se de uma proposta para debate. Lamentável é que, sendo um debate já velho de 35 anos (tratamos dele nos idos de 1948 em carta ao deputado Plínio Barreto, então presidente da Comissão Mista de Leis Complementares do Congresso Nacional) não tenha até hoje entrado na cogitação dos partidos políticos. Não, não se diga que basta proclamar as liberdades democráticas para se ter uma política cultural.

Dídimo de Paiva

Mauro vivo

A Mostra Humberto Mauro, inaugurada no dia 13 de julho em Cataguases, com o patrocínio da Embrafilme e do Banco Nacional e o apoio cultural da Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina, continua a mobilizar o público dos locais onde está sendo exibida. Vale registrar, a propósito, a excepcionalidade do fato de terem sido conservados quase todos os filmes, de ficção ou não, realizados por Mauro em Cataguases, na Cinédia e, mais tarde, no Instituto Nacional do Cinema Educativo. O normal seria que essas fitas pioneiras tivessem desaparecido, consumidas pela água, pelo fogo ou por simples deterioração química, como aconteceu com a grande maioria dos filmes realizados no Brasil até o final dos anos 30. Entre outras razões, porque a consciência de que é preciso preservar nossa memória cinematográfica só se concretizou nas duas últimas décadas. No caso de Mauro, a disponibilidade atual do patrimônio constituído por sua obra filmica talvez se explique pela carreira cinematográfica à qual ele se dedicou de modo contínuo, exclusivo e sistemático, ano após ano, até o repouso relativo da casa de Volta Grande, quando então passou a ser objeto de estudo para os pesquisadores que seguiram a trilha aberta por Paulo Emílio, Alex Viany e David Neves. Merece também destaque o comportamento do público na sessão inaugural da Mostra, quando se exibiu *Braza Dormida* no cinema Edgard, de Cataguases. Sala repleta, plateia predominantemente jovem, mais de 1.000 pessoas. Diante das cenas mudas do drama mineiro a reação do público foi unânime: silêncio, emoção, interesse constante. Demonstrava-se, mais uma vez, quanto é válido propiciar o acesso do povo à trajetória do nosso cinema e ao conhecimento da ténue memória visual da nossa história.

José Tavares de Barros